

bléias e congressos indígenas regionais, como em Minas Gerais e Acre.

Ainda nesse ano, e pela primeira vez, índios conquistaram postos importantes na Funai. Em várias regiões, grupos indígenas organizados recuperaram terras usurpadas por fazendeiros, como os Krenak, de Minas Gerais, e os Kayowá, da Fazenda Paraguaçu, em Mato Grosso do Sul.

Sobre o futuro da causa indígena pesam os desacertos e as violências de um longo passado. Nem por isso, esse futuro é inviável. Dependerá da ação solidária de toda a sociedade civil para com os povos indígenas. Dependerá muito também da resistência popular a todas as tentativas de coopção daqueles que ontem abertamente perseguiram os povos indígenas e o povo brasileiro e que hoje se integram — aparentemente — aos novos ventos democráticos da política brasileira.

Perspectivas

O Conselho Indigenista Missionário/CIMI, nesta época de transição, propõe e se compromete a aumentar seu empenho para:

- Contribuir para o fortalecimento do movimento indígena e a organização desses povos e favorecer a sua participação nas decisões referentes à vida deles, a nível de aldeias, regiões e nível nacional.
- Exigir a demarcação das terras indígenas e a revogação do decreto 88.118, de 23/02/1983, que tira do órgão tutor a competência para esta demarcação, e do decreto 88.985, de 10/11/83, que abre as reservas indígenas à exploração mineral. Essas são as reivindicações mais urgentes ao novo governo que desponta.
- Reforçar as alianças com os setores populares, cujas lutas específicas contribuirão também para o fortalecimento da causa indígena, como, por exemplo, a luta pela reforma agrária, por sindicatos livres, pela suspensão de projetos de liquidação de matérias-primas, que provocaram a distribuição desigual dos benefícios e hipotecaram a vida das futuras gerações.

O Cimi confia que uma nação redemocratizada vai entender a tutela dos índios como assistência especial a grupos culturalmente diferentes da maioria da sociedade nacional, como está previsto no *Estatuto do Índio*. Somente um Brasil multiétnico corresponde à formação histórica do País e à sua

realidade atual. A reconstrução nacional, a transformação do regime autoritário e a reorientação do desenvolvimento excludente serão resultado da capacidade de somar as forças populares, resultado de um *novo pacto social*, que não será trégua das vítimas do regime de 64, mas redefinição de objetivos políticos e estruturas sociais. Os povos indígenas com seus mártires, como Marçal de Souza e Ângelo Kretã, são uma destas forças que fazem parte de um novo sujeito histórico que organizará uma independência mais ampla, uma abolição mais radical, enfim, a sua libertação integral que garantirá o futuro dos seus filhos.

Brasília, 19 de dezembro de 1984.

Conselho Indigenista Missionário (CIMI)
Secretariado Nacional

ENCONTRO SOBRE EVANGELIZAÇÃO INDÍGENA

A Prelazia de São Félix do Araguaia promoveu um encontro de estudo sobre problemas de evangelização entre os povos indígenas do Brasil. O documento que publicamos a seguir nos foi enviado em fotocópia pelo Secretariado Nacional do CIMI, em Brasília.

RELATÓRIO

A Equipe Indigenista da Prelazia de São Félix do Araguaia, com a colaboração de Paulo Suess, assessor teológico do CIMI Nacional, de Bartolomeu Meliá, missionário antropólogo que atua junto aos Guarani e Kaingang do Rio Grande do Sul, e de Isidoro Cabral, missionário entre os Guarani do Paraguai, e de Elisabeth Amarante, missionária junto ao Myky do Mato Grosso, nos reunimos de 30 de outubro a 2 de novembro de 1984, para avaliar e discutir as perspectivas da evangelização entre os povos indígenas.

Fizemos o levantamento do que percebemos no universo religioso dos diferentes povos com os quais convivemos. Avaliamos nossa presença entre os povos Tapirapé, Karajá, Guarani, Kaingang e Myky.

Constatamos que há, da parte das Igrejas ou dos agentes indigenistas atitudes ainda divergentes e até contraditórias na pastoral indigenista no Brasil. Destacamos a nossa convicção de fé como ponto de partida nesta

pastoral indigenista. Constatamos, também, diferentes tipos de pastoral indigenista e assumimos alguns compromissos concretos. (Anexo II).

Convicção de fé

Nós, como cristãos, temos a convicção de fé:

- a) da validade fundamental das religiões indígenas como presença e comunicação do Deus Vivo;
- b) da plenitude da revelação que há em Jesus Cristo;
- c) de que o Evangelho, mesmo que expreso historicamente numa determinada cultura, não se acha amarrado a nenhuma cultura e em todas as culturas pode ser vivido (EN 20).

Diferentes tipos de presença missionária entre os índios

Constatamos cinco tipos de posicionamento ou atitude desta presença.

- a) presença-destruidora: aquela que ignorando ou desprezando as religiões indígenas, leva à destruição do universo religioso indígena.
- b) presença-integradora: aquela que procura adquirir um certo conhecimento da religião indígena para transpô-la e encaixá-la na religião cristã.
- c) presença-indiferente: aquela que, por indiferentismo religioso, nem assume, nem interfere conscientemente.
- d) presença-paralela: aquela que, por convicção religiosa, reconhece a validade e autonomia em todas as religiões e opta por não agir missionariamente.
- e) presença-evangelizadora: aquela que, tendo em seu horizonte o anúncio da Boa-Nova de Jesus Cristo, assume a evangelização como um processo histórico, dinâmico, em seus aspectos e em suas etapas:
 - 1) conhecimento do universo religioso indígena, convivência e participação na vida religiosa do respectivo grupo. Essa etapa é fundamental; sem tempo determinado; inclui necessariamente o engajamento com o respectivo povo na luta pela terra, na defesa da cultura e da autodeterminação, dentro do espírito traçado e assumido nas Assembléias do CIMI.
 - 2) Anúncio do Deus Vivo e pessoal, Pai de todos os homens e único Senhor de todos os povos.
 - 3) Anúncio da Pessoa de Jesus Cristo.

4) Explicitação do Reino como construção da fraternidade definitiva e universal e como esperança de vida plena.

5) Surgimento de uma Igreja verdadeiramente indígena.

Com essa nossa contribuição, não pretendemos oferecer um diretório de pastoral indigenista, porque sabemos que os povos indígenas vivem diferentes momentos históricos de contato com a sociedade nacional e de presença missionária neste país afora. Estes contatos deixaram as suas marcas entre esses povos que exigem hoje atitudes diferenciadas de nossa parte.

A verdadeira presença missionária, afinal, deve-se definir e avaliar sempre num diálogo sincero com os próprios povos indígenas.

Santa Terezinha/MT, 2 de novembro, Dia da Comunhão dos Vivos com os Mortos.

Assumido pelos participantes:

Eunice Dias de Paula, Silvio José Gasperini Bonotto, Suzana Wills, Joana Saira Torres, D. Pedro Casaldáliga Pla, Margarida Ribeiro Maia, Paulo Maia Lopes Filho, Isidoro Cabral Maqueda, Valdo, Neide Aparecida dos Santos, Clélio Boccato, Valeriano Martins, Genoveva Helena Boyé, Antonio Canuto, Luiz Gouvêa de Paula, Bartolomeu Meliá, Paulo Suess, Elisabeth Amarante.

ANEXO

INDICAÇÕES PARA LEVANTAMENTO ETNOGRÁFICO

Todos sentimos a necessidade de algum tipo de levantamento etnográfico que nos ajude a perceber melhor e mais objetivamente a especificidade do povo com quem trabalhamos. Para isso:

- 1 — Conhecimento da literatura respectiva. A *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira* de H. Baldus e Thekla Hartmann é um excelente instrumento para detectar o que foi escrito sobre cada tribo e quais os aspectos mais estudados dessa cultura. Às vezes o maior problema está em localizar essas publicações e conseguir uma cópia.
- 2 — Anotações a modo de diário de campo, aproveitando os fatos culturais conforme acontecem. A vontade de ser preciso e objetivo, não deveria, porém, bloquear a expressão espontânea das observações diretas. Só com o tempo

- muitas das impressões primeiras tornar-se-ão constatações bem estabelecidas.
- 3 — Estudo da língua como meio privilegiado para começar a entender as coisas por dentro.
 - 4 — A presença temporária de um antropólogo, que talvez poderá ajudar para a seleção das leituras a ser feitas; para estabelecer algumas relações com elementos análogos de outras culturas da mesma família lingüística e para iniciar alguma sistematização das observações já feitas.
 - 5 — O registro de mitos. Dependendo do povo, isto pode ser até motivo de comunicação com os índios. Nos mitos conhecemos a "alma" do povo. No registro dos mitos, não esquecer de anotar (ou mesmo gravar, se se faz gravação):
 - lugar e data do relato.
 - quem está relatando: nome, idade, posição na comunidade.

- para quem está contando:
- grupo comunitário
- crianças
- gravador mesmo

* * *

Algumas propostas como tarefa num futuro mais ou menos próximo:

- anotação do ciclo anual (= o calendário) nos seus aspectos agrícolas, rituais, etc.
- observações dos elementos "tradicionais" que perduram na cultura material do dia-a-dia.
- elaboração de um vocabulário e se possível um dicionário, no qual as palavras vêm num contexto "típico".
- registro de mitos.
- preparação de uma gramática pedagógica (por exemplo, no Tapirapé).

Um dos problemas mais graves enfrentados pela população brasileira, nos últimos anos, é a crescente escassez de alimentos destinados ao mercado interno. Como conseqüência dessa escassez e das manobras especulativas executadas pelos intermediários, com a conivência da máquina oficial, os preços dos alimentos disparam, penalizando a classe média e, em especial, as famílias de baixa renda. Por que acontece isso no Brasil? A resposta é dada pelo seguinte livro:

POR QUE FALTAM ALIMENTOS NO BRASIL
Reforma Agrária Já

Ricardo Bueno

96 p. — Preço: Cr\$ 5.000

Na Editora VOZES e em suas Filiais